

Empregabilidade e carreira na formação técnica: uma análise do perfil de egressos do IFPE

Marry Nicole Regis do Nascimento¹

Jouberte Maria Leandro Santos²

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar o perfil de egressos dos cursos técnicos da terceira expansão do Instituto Federal de Pernambuco, como parte da implantação de um modelo de acompanhamento de egressos na instituição. Uma sociedade produtiva possui indivíduos profissionalmente realizados. No nível pessoal, o trabalho é responsável por garantir a satisfação material das necessidades básicas de um indivíduo. No nível social, o trabalho é o motor propulsor de um país, gerador de riquezas. Neste sentido, um programa que ofereça ferramentas para auxiliar nos processos relacionados a seleção, empregabilidade e carreira está alinhado à missão do IFPE, que se ocupa com a educação para a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para cumprir o objetivo do trabalho, foi utilizada metodologia quantitativa exploratória-descritiva através de uma pesquisa de campo com os egressos. Foram usadas como instrumentos de coleta questionários estruturados com a intenção diagnosticar o perfil, bem como questões de empregabilidade e carreira desses egressos.

Palavras-chave: Egressos. Empregabilidade. Ensino Técnico.

Employability and career in technical education: an analysis of the profile of IFPE Alumni

ABSTRACT

This research proposes to analyze the profile of graduates of technical courses from the third expansion of the Federal Institute of Pernambuco as part of the implementation of a model for monitoring graduates in the institution. A productive society has professionally accomplished individuals. On a personal level, work is responsible for ensuring the material satisfaction of an individual's basic needs. At the social level, work is the driving force of a country, generator of wealth. In this sense, a program that offers tools to assist in processes related to selection, employability and career is aligned with the IFPE mission, which is concerned with education for the emancipation of subjects and the sustainable development of society. To fulfill the objective of the work, a quantitative exploratory-descriptive methodology was used through a field research with the graduates. Structured questionnaires were used as collection instruments with the intention of diagnosing the profile, as well as employment and career issues of these graduates.

Keywords: Graduates. Employability. Technical Education.

¹Bacharelada em Administração pelo Instituto Federal de Pernambuco, bolsista. E-mail: marrynicole88@gmail.com

² Doutora em Administração pela UFPE, orientadora. E-mail: jouberte.santos@cabofpe.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil ao longo da sua história foi marcada pela separação entre trabalho manual e intelectual. Uma das formas de descrever o desempenho de uma instituição de educação técnica e/ou superior consiste em identificar o número de egressos que realizam atividade produtiva na área de formação, além da lacuna entre a data de conclusão do curso e o início do trabalho. Surpreendentemente, de acordo com Sabine Righetti (2018), responsável pelo *Ranking* Universitário Folha, nenhuma universidade brasileira acompanha a trajetória de seus egressos.

Isso pode ser considerado ainda mais grave quando se considera a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que engloba a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - i.e., Institutos Federais, Centros Federais – os CEFET –, Colégios Agrícolas, Colégios de Aplicação e o Colégio Dom Pedro II; as Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, através das Escolas Técnicas Estaduais; o Serviço Nacional de Aprendizagem, de que são exemplos Senac, Senai e Senar; e as Escolas Técnicas mantidas pela iniciativa privada. É que a EPT não possui índices de empregabilidade e desenvolvimento de carreiras de egressos de forma sistêmica, como acontece com o ensino superior com o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Por conseguinte, não se pode assegurar se a EPT cumpre com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que estabelece a preparação para o exercício de profissões, considerando a inserção e a atuação do sujeito no mercado de trabalho e na vida em sociedade, como sua finalidade principal.

Quantos jovens que obtiveram formação técnica na rede pública federal de ensino estão trabalhando na sua área de formação? Podemos afirmar que a rede técnica de ensino está formando para o mercado de trabalho? A emergência desses questionamentos nos faz criar hipóteses para entender que obstáculos podem estar dificultando o ingresso desses alunos no mercado de trabalho: (1) o acompanhamento de acesso, permanência e êxito do aluno na escola técnica é inexistente ou deficiente; (2) a rede pública de ensino profissional e tecnológico não possui parcerias eficazes e contínuas com as empresas da sua localidade, impedindo a criação de uma rede de conexão que facilite a entrada dos egressos ao mercado de trabalho e a comunicação contínua entre empresas e instituições de ensino; (3) a formação dos professores é demasiadamente conteudista, centrada no professor e distante da realidade do mercado.

Partindo do problema de que a rede técnica de ensino público não forma para o mercado de trabalho e tendo como base as hipóteses 1 e 2, apresentadas anteriormente, o objetivo do deste trabalho de caráter extensionista é o mapeamento e diagnóstico do perfil de egressos dos cursos técnicos oferecidos pela rede de ensino IFPE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e a Educação Profissional

Podemos entender o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) como uma forma de organizar a educação regular no Brasil. Esta organização se dá entre sistemas de ensino de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. O Sistema Educacional Brasileiro é regulamentado pela Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional n.º 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída em 1996.

Sabemos que a atual estrutura do SEB compreende a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, aos Estados no ensino fundamental e médio e ao governo federal cabe organizar o sistema de educação superior no país. Além disso, o governo federal exerce a função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios (MENEZES, 2001).

A proposta deste trabalho busca intervir na etapa final da educação básica, ou seja, no ensino médio regular e subsequente, especificamente no que tange ao ensino profissional e técnico. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/96), esta etapa do ensino tem duração mínima de três anos e atende à formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional.

A lei prevê que a educação nesta etapa, de caráter também tecnológico, “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (art. 39). Apesar de a educação profissional já estar contemplada na LDB de 1996, as alterações feitas na LDB em 2008 (Lei n. 11.741, de 16/07/2008) deram maior precisão à educação profissional no País. Sua organização foi orientada por eixos tecnológicos, visando à construção de diferentes itinerários formativos (art. 39, § 1º.) (RAMOS, 2015).

Segundo Ramos (2015), a LDB, desde a sua primeira versão, considerou que o conhecimento adquirido na educação profissional e no trabalho pudesse ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (art. 41). Sabemos da importância do papel da educação profissional e tecnológica na sociedade brasileira, sendo valorizada como um elemento importante na inclusão social e no apoio na melhoria da produtividade e competitividade do País.

A integração entre o ensino médio e o ensino técnico e profissional foi implantada em 20 dos 27 Estados brasileiros, particularmente nas regiões Norte e Nordeste (Plano Nacional de Educação, 2016).

O Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor desde 2014, coloca como principal desafio trabalhar a educação profissional de forma mais intensa e dinâmica e estabelece em sua Meta 11 que as matrículas de Educação Profissional Técnica devem ser triplicadas até 2024.

Segundo o Observatório do PNE, em 2015, o número de matrículas nessa etapa do ensino era de aproximadamente 1,79 milhão. De 2010 a 2014, houve um aumento de pouco mais de 500 mil matrículas, ritmo favorável ao cumprimento da meta em 2024; porém, de 2014 para 2015, o indicador teve uma queda de aproximadamente 55 mil matrículas. Ao fim do PNE, o número de matrículas deve chegar a exatamente 5.224.584 milhões de matrículas (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018).

O total de matrículas na Educação Profissional em 2015 estava distribuído de forma equilibrada entre as redes pública e privada de ensino, com 52,9% e 47,1%, respectivamente. Vale ressaltar que a queda no total de matrículas na Educação Profissional de nível médio foi consequência da retração na rede privada – queda de quase 120 mil matrículas –, sendo que na rede pública houve uma expansão de mais de 60 mil matrículas. A desagregação por localidade urbana e rural revela que praticamente todas as matrículas estavam no meio urbano. Nada menos que 95% do total de matrículas em 2015 estavam localizadas em áreas urbanas, enquanto consequentemente apenas 5% estavam no meio rural.

Este projeto de mapeamento educacional tem por finalidade promover o acompanhamento do desempenho do aluno. Sua implantação, desenvolvimento e acompanhamento estão intimamente ligados à busca constante de melhorias no processo ensino-aprendizagem e ao alcance de uma das principais funções da formação técnica: o acesso do estudante ao mercado de trabalho. Em seu conjunto, os processos de acompanhamento e avaliação devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada que possibilite a construção de indicadores quantitativos e qualitativos do aluno egresso dos cursos técnicos. O mapeamento subsidia o diagnóstico necessário à avaliação, identificando informações para melhorar as decisões do processo de ensino e de aprendizagem, e melhorar o resultado do próprio planejamento e desenvolvimento das aulas, a melhoria nos processos de gestão, bem como o aperfeiçoamento da rede de empresas que garantirão a entrada do aluno no mercado de trabalho.

Consideramos a proposta relevante devido à observação de que as decisões de gestão, na escola, são comumente tomadas com base em senso comum. Embora existam indicadores de desempenho, não há processos pedagógicos e administrativos que possam acompanhar o aluno desde o acesso até seu êxito na profissão. Assim, o presente trabalho pretende contribuir para ampliar o

conhecimento sobre essa questão nas escolas técnicas brasileiras, em particular no Instituto Federal de Pernambuco. Na tentativa de superar alguns desafios – (a) garantir a qualidade da oferta; (b) induzir que esta oferta reflita a demanda por formação profissional e tecnológica; (c) possibilitar que os egressos dos cursos possam ser encaminhados para as oportunidades ocupacionais para as quais foram formados –, este programa pode auxiliar no desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica no País, de forma a estabelecer os mecanismos essenciais que garantam a qualidade da oferta em todo o território nacional.

2.2 IFPE: histórico e dinâmica organizacional

Em 23 de setembro de 1909, através do Decreto Nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha criava em cada uma das capitais dos Estados do Brasil uma Escola de Aprendizes Artífices, destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito. As escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. O curso seria oferecido a meninos de baixa renda, sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. Em Pernambuco, a escola iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas em 1918, mediante Decreto nº 13.064, de 12 de junho, conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas modificações em relação ao projeto original. Em 1937, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro, essas instituições passaram a ser denominadas Liceus Industriais. Com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir desse mesmo ano, o ensino industrial teve seus dois ciclos - o básico e o técnico - ampliados, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1999, através do Decreto s/n de 18/01/1999, a ETFPE é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), ampliando seu portfólio de cursos e passando também a atuar na Educação Superior com a formação de tecnólogos. Em 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, são criados os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Já em 2005, o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Com mudanças ocorridas no âmbito de atuação dos Centros Federais, sobretudo com a Lei nº 5.692/71, que previa uma educação profissionalizante compulsória; com a Lei nº 7.044/82, que tornou a educação profissionalizante facultativa; e com a lei nº 8.948/94, que criou o Sistema Nacional de

Educação Tecnológica, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – as UNED. Assim, é criado o CEFET Petrolina, a partir da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela – EAFDABV, (Decreto nº. 4.019, de 19 de novembro de 2001)¹. Depois vem a UNED Pesqueira, no Agreste Pernambucano, criada com a Portaria Ministerial nº 1.533/92, de 19/10/1992, e a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado, mediante a portaria Ministerial nº 851, de 03/09/2007.

Finalmente, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A lei confere a cada Instituto autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do conselho superior. A partir de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco passou a ser constituído por um total de nove *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais - EAF); os *campi* Ipojuca e Pesqueira (antigas UNED do CEFET-PE); o *Campus* Recife (antiga sede do CEFET-PE); além dos *campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, da expansão II, em funcionamento desde 2010, e o *Campus* Virtual da Educação a Distância (EAD), com aulas presenciais em 19 polos.

Os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco estão localizados em cinco Regiões de Desenvolvimento do Estado, a saber: na Região Metropolitana do Recife (RMR), na Região da Mata Sul (RMS) e nas Regiões do Agreste Central (RAC), Região do Agreste Meridional (RAM) e Região do Sertão do Pajeú (RSP). Cumprindo a 3ª fase de Expansão da Rede, em 2014, o IFPE ganhou mais sete unidades nas cidades de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu. A missão do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) é promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O IFPE tem por objetivo fundamental contribuir para o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto dos municípios pernambucanos, onde está difundindo o conhecimento a um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. Dessa forma, o IFPE se coloca como um instrumento do governo federal para promover a educação pública, gratuita e de qualidade, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local apoiado numa melhor qualidade de vida e na autonomia intelectual dos seus estudantes.

2.3 Educação Profissional: aspectos teóricos e conceituais

Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma categoria educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que possui o propósito principal de instruir o exercício da profissão. Todavia, é importante lembrar que a trajetória da Educação Profissional no Brasil foi marcada pela separação entre o trabalho manual e o intelectual. O conhecimento era privilégio exclusivo das classes dominantes, enquanto as classes desfavorecidas eram vistas apenas para o trabalho braçal.

Até o século XIX, não existem indícios de uma educação profissional organizada de forma sistêmica. Essa categoria se consolidou a partir da revolução industrial, quando, pela crescente necessidade de produção, surge também a necessidade de mão de obra, sem, no entanto, se preocupar com a formação humana. Mais uma vez, se reforça a dualidade do trabalho (CARDOSO, 2018).

A partir de 1930, com a revolução burguesa no Brasil, a educação profissional assumiu um posicionamento diferente, porque havia a necessidade de preparação de mão de obra para a indústria. Além disso, as escolas foram institucionalizadas para atenderem à necessidade de recursos humanos no processo de produção. Além de preparar tecnicamente para o trabalho, era preciso também disciplinar os jovens para as atividades produtivas e a divisão do trabalho. Em consequência disso, ocorre uma expansão no ensino profissional no Brasil, passando a ter como alvos ricos e pobres. (TOMÉ, 2012)

Durante o seu percurso, a área educacional precisou estar sincronizada com as demandas da atualidade e, sobretudo das empresas. Logo, a educação profissional depende de uma evolução contínua. O símbolo relevante do início de seu desenvolvimento foi a criação de escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas preferencialmente a qualificar os pobres para o trabalho. A partir daí surgiram várias leis. A Lei n. 5.692/71 reformou o ensino primário e secundário. Estabeleceu profissionalização como obrigatoriedade do ensino de 2º grau (atual Ensino Médio). Em decorrência desta lei, a educação profissional deixou de estar limitada a estabelecimentos especializados. A Lei 7.044/82 retirou a exigência da habilitação profissional no ensino de 2º grau. Como consequência, voltou a ficar restrita aos estabelecimentos especializados e tornou novamente o ensino profissionalizante opcional.

A Lei n. 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a mais importante referente à Educação, configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica e dispõe a educação profissional. Tem como maior finalidade garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, cumprindo assim, o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública.

Por outro lado, em 17 de abril de 1997, o Decreto n. 2.208, regulamenta os princípios da LDB, definindo seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos. O decreto especifica três níveis de educação profissional: o básico – destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; o técnico – destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio; e o tecnológico – correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. O Decreto N° 5.154, de julho de 2004, revogou o Decreto N° 2.208/97 e restituiu a possibilidade de articulação plena do ensino médio com a educação profissional, mediante a oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio.

No momento presente, a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, que é baseada na estrutura dos Centros Federais de Educação (CEFET), Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas – ligadas às Universidades Federais, representa a educação profissional unificada nacionalmente. O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu um documento sobre a Concepção e as Diretrizes dos Institutos Federais, que determina que os IF tenham um papel ativo no fomento ao desenvolvimento local e regional, proporcionando a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias.

Os Institutos Federais estão presentes em todos os estados brasileiros e, principalmente, nos municípios de maior demanda social. As unidades da Rede Federal contemplam todos os níveis e modalidades: ensino médio integrado ao ensino técnico, subsequente, cursos de extensão, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação. Sua finalidade é promover o desenvolvimento integral do cidadão, por meio do ensino de ciências naturais, humanidades, educação profissional e tecnológica (CARDOSO, 2018).

O curso técnico oferece a oportunidade de aprendizado de conteúdos de uma maneira prática e mais voltada para o mercado de trabalho. Além de conhecimentos específicos, tem uma curta duração. Esses aspectos podem ser interpretados de forma positiva, tal como negativa: embora tenham ocorrido diversas mudanças no sistema educacional, exigindo um processo de trabalho baseado em conhecimentos e habilidades intelectuais e manuais, a educação profissional é vista com entendimentos passados, atualmente julgada como uma educação de segunda classe voltada para a inclusão social. Por conseguinte, existe uma grande e desproporcional busca pelo ensino superior como única alternativa após o ensino médio. Contudo, esta modalidade não deve ser encarada como uma opção secundária, pois tem grande relevância na formação profissional e possibilidade de proporcionar maior desenvolvimento ao país (FERES, 2018).

2.4 O contexto da avaliação da Educação

A avaliação é uma ferramenta com a maior finalidade de observar o desempenho do indivíduo, possibilitando refletir sobre o nível de qualidade da instituição. Ao falar em “qualidade”, certamente deve-se possuir um conjunto de instrumentos que permita medi-la. Logo, quando se mede algo, almeja-se concretizar um processo comparativo. Portanto, é de grande relevância investigar a situação dos ex-alunos.

O acompanhamento de egressos carece de análise da situação social e política, assim como o desempenho profissional no mercado de trabalho. Acompanhar os egressos é uma forma de avaliar a instituição, a partir daí possibilitar a introdução de modificações na entrada de alunos em uma escola e ao longo de toda a sua permanência nela, inserindo melhorias contínuas no processo de ensino (PENA, 2010).

No Brasil, a educação básica e a superior possuem sistemas de avaliação consolidados em nível nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Contudo, ainda existe uma grande carência de um sistema de avaliação nacional para a educação profissional. Houve criações de propostas como tentativa de suprir esse *déficit*, todavia, não corresponderam às características do modelo educativo (MORAES *et al*, 2020, p. 36).

Para Souza (2014), se a gestão de egressos é imprescindível na organização, ela está impulsionada na direção eficaz da qualidade de ensino, pois é um importante apoio à educação continuada, que poderá oferecer atividades direcionadas à complementação profissional, apoio em questões relacionadas ao mercado de trabalho, divulgação de vagas de emprego para inserção do aluno na área, oportunidade de aprimorar as atividades profissionais e de buscar a ampliação de seus horizontes. Portanto, a avaliação da EPT é indispensável para o aprimoramento da sua oferta, do seu desenvolvimento e da sua maior valorização no mercado de trabalho e na área educacional.

2.5 Os egressos no âmbito da avaliação da Educação

A avaliação de egressos permite analisar o perfil da instituição e do curso, o desempenho acadêmico dos seus estudantes, além de possibilitar o levantamento de diagnósticos, o subsídio de planejamento, a adoção de estratégias e políticas institucionais relacionadas à gestão de qualidade e ao aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Os estudos sobre egressos surgiram devido à necessidade de contemplar os critérios estabelecidos pelo MEC (Ministério da Educação), nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (MEC, 1996, p. 3).

A partir das exigências do MEC, foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES, que atua com as principais funções de avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. A avaliação tem finalidade de melhorar os valores das instituições, áreas, cursos e programas; aperfeiçoar a educação superior, orientar a expansão de ofertar, acompanhar a inserção dos ex-alunos no mercado de trabalho, além de manter contato com os egressos. Para tanto, é necessário uma série de procedimentos: autoavaliação, avaliação externa, Enade, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro (INEP, 2015).

Baseado em uma escala de cinco níveis, há uma avaliação da instituição já que, após obtidos os resultados, o Ministério da Educação torna público a performance de cada instituição de ensino superior e dos seus cursos. A apuração ajuda na consideração da qualidade dos cursos e da rede de ensino superior no país. Esse processo e outras atribuições são responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. (INEP, 2015)

Outro fator fundamental no âmbito da avaliação da educação, é o Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, que integrado ao SINAES, a Avaliação de cursos de graduação e a Avaliação institucional, formam a base desse sistema avaliativo. De acordo com Lei Nº 10.861, 14 de abril de 2004 – Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. O questionário do estudante, aplicado pelo INEP desde 2004, reúne informações que permitem caracterizar o perfil dos estudantes e o contexto de seus processos formativos (ENADE, 2019).

Segundo Moraes *et al.* (2020, p. 36), a construção de referenciais de avaliação é muito comum nos países da União Europeia, entre outros. Infelizmente, ao pesquisar sobre a avaliação educacional de egressos do ensino técnico no Brasil, nota-se que há apenas trabalhos com a iniciativa da própria instituição. Para mais, destaca-se a urgência de atenção voltada para esse tema. É primordial que haja respostas adequadas e sistemáticas para os questionamentos: Como ampliar a oferta de EPT? Onde deve ser ofertada? Quais cursos devem ser ofertados? Quais estratégias educativas promovem a melhor formação profissional? Quais as melhores ofertas? Quais cursos precisam ser revistos? Quais as estratégias de formação docente para a EPT? Quais as fragilidades educativas dessa oferta? Quais

os maiores desafios? Como está o egresso de EPT no mercado de trabalho? Qual é o desempenho do estudante? Tais questionamentos devem ser adequadamente respondidos por um sistema de avaliação que considere as peculiaridades da EPT para contribuir com sua melhor implementação e desenvolvimento.

2.6 Formação do discente e absorção de egressos pelo mercado de trabalho

A formação de discentes do ensino técnico permaneceu por muito tempo direcionada à preparação de profissionais especializados, que mantinham uma relação direta com o trabalho, exigindo desenvolvimento de habilidades laborais, definidas pelas necessidades do mercado de trabalho. Entretanto, com o constante avanço econômico e educacional, novos percursos estão sendo seguidos. A partir dos diferentes rumos, é expressiva a necessidade de um aprofundamento da formação, baseada no processo de desenvolvimento humano que, além de visar o aprendizado da produção, garanta a sociabilidade em paralelo (OLIVEIRA, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 reconhece o trabalho como competência do ensino técnico, mas colocou como distintas a educação geral e a formação especial. Desse modo, essa separação requer um tratamento específico na relação entre educação e sistema econômico. Pereira *et al* (2009), à vista disso, interpretam que não seria adequado pensar para formação de discente em emprego, mas em trabalho, porque, principalmente nos dias que se sucedem, esse modelo de ensino formará profissionais mais qualificados caso foquem além dos aspectos trabalhistas.

Ainda sob a concepção anterior, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014), o trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana, pois está diretamente ligado com às necessidades culturais, sociais, afetivas, lúdicas etc. O ato de trabalhar é fundamental para o indivíduo humanizar-se, expandir o conhecimento e aperfeiçoar-se. Por isso, não se reduz à atividade laborativa ou emprego. Para um processo educativo adequar-se a esse conceito de trabalho, deve preparar discentes que correspondam com as exigências atuais das empresas: um profissional com competências técnicas próprias da especialidade profissional construída em bases críticas, de responsabilidade social, capacidade de interação com diferentes grupos, indivíduos e realidades para, então, tornar a Educação Profissional mais ampla na área de ofício. Logo, o educando deve adquirir durante o curso a capacidade de analisar, de observar, de estabelecer melhores relações humanas, de adaptar-se ao mundo técnico de amanhã, de promover-se dentro da própria empresa, de aperfeiçoar qualidades pessoais. São características que servirão na vida profissional e pessoal.

Todavia, apesar de a educação profissional estar atualmente atendendo aos diversos requisitos para uma melhor qualificação dos seus estudantes, muitas empresas ainda não valorizam essa escolaridade formal. Uma parte considerável dos técnicos de nível médio exercem funções que não atendem ao público para o qual são destinados. A história desse ensino deve ser lembrada, pois vemos nitidamente uma grande evolução. Entretanto, restam ainda indícios de uma visão ultrapassada e errônea, como por exemplo ver o curso técnico com função de pré-vestibular (PEREIRA *et al*, 2009).

Em comparação a países com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil, nos apresentamos inferior na formação educacional e profissional. A Alemanha é referência no ensino técnico, pois possui um sistema dual eficiente, tem forte junção de aprendizado do teórico ao prático. O método é manter os estudantes dois ou três dias na sala com aulas teóricas e proporcionar, nos demais dias, a experiência dentro da empresa responsável pela sua tutoria. Garantem uma base de ensino sólida e de qualidade. Outro fator importante do sistema de ensino é a parceria entre o Estado alemão e empresas privadas, o que garante a valorização dos alunos e dos profissionais técnicos. “Na Alemanha, entre 40 e 50% dos jovens procuram a formação técnica, e os níveis de empregabilidade e de valorização no mercado são altos.” (ILHÉU, 2019).

A reforma do ensino médio, aprovada em fevereiro de 2018, prevê uma expansão do Ensino Técnico, deixando a critério das redes de ensino definir os caminhos formativos. Fica em aberto a escolha de incluir vivências práticas de trabalho no setor, ou seja, não é garantida a integração da prática ao teórico. Existe um grande abismo entre a educação profissional e sua devida valorização em ambos os campos, educacional e profissional, mas, uma valorização do profissional técnico no Brasil está em andamento e promete mudanças (ILHÉU, 2019).

3 METODOLOGIA

Uma vez que o objetivo da pesquisa é analisar o perfil de egressos dos cursos técnicos da terceira expansão do Instituto Federal de Pernambuco, recorreu-se para execução dessa pesquisa primeiramente à revisão de literatura inerente ao tema avaliação de egressos e empregabilidade, no intuito de ampliar o entendimento sobre o tema.

Gil (2002) ensina que a realização de uma revisão de literatura é o primeiro procedimento para construção e validação dos instrumentos de pesquisa. No caso desta pesquisa, o referencial teórico buscará fundamentar, através da literatura especializada, todo o arcabouço teórico que possibilitará a construção dos instrumentos necessários. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório-descritiva, utilizando, no tratamento dos dados técnicas estatísticas, a partir de *softwares* como R, SPSS e/ou Excel, que traduzem opiniões em números, com

justificações pós-positivistas para a constituição do saber, fazendo uso de mensuração, raciocínio causa-efeito, observação e testes de teorias (GIL, 1991; CRESWELL, 2007).

Quanto às características de tempo, este estudo constitui-se como transversal, por coletar os dados da amostra de elementos da população apenas uma vez, em um único ponto do tempo, e depois sintetizá-los através de técnicas estatísticas (MALHOTRA, 2001).

Segundo Hair *et al.* (2007, p. 239), “a população alvo é o grupo completo de objetos ou elementos relevantes para o projeto de pesquisa”. Bussab e Moretin (2005, p. 256) descrevem população como “o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação”, sendo a amostra “qualquer subconjunto da população”. A população pode ser finita ou infinita. Sendo a amostra uma parte da população (BUSSAB; MORENTIN, 2005), sua escolha deve levar em conta tipo de pesquisa, disponibilidade e acessibilidade da população, recursos financeiros e de tempo, representatividade necessária, entre outros (MATTAR, 1996). Tendo por base o conceito de população acima, a população deste estudo delimitar-se-á a todos os egressos de seis dos 16 *campi* do IFPE.

Para a pesquisa de campo, foi desenvolvido um instrumento para reunir as informações, optamos pela ferramenta *Google Forms*. Entramos em contato com os egressos para que eles respondessem um questionário elaborado para sabermos sua situação a empregabilidade e carreira, os formulários foram enviados por meio de *e-mail* e também pelo aplicativo *WhatsApp*.

4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

Considerando nosso resultado parcial, o número total de *campi* que contempla o projeto até o momento é de 6, são eles: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Palmares. Solicitamos a cada *campus* os dados dos seus egressos e ao recebermos as informações, realizamos os envios dos formulários. Foram enviados 999 (novecentos e noventa e nove) formulários, entretanto, obtivemos até o momento 133 (cento e trinta e três) retornos devidamente preenchidos, que correspondem a 13,31 % dos questionários enviados.

Nas planilhas recebidas, alguns estudantes não tinham nenhuma forma de contato, todavia, nossa maior adversidade foi a grande quantidade de *e-mail* desatualizados, alguns retornaram por não serem encontrados e outros talvez não sejam mais acessados pelos usuários. Diante disso, tentamos estabelecer comunicação pelo *WhatsApp* para obter mais respostas.

Solicitamos divulgação extensa nos *campi* acerca da pesquisa ou/e que um dos professores de cada turma produzam um vídeo pedindo para que respondam ao questionário, assim poderá ser enviado junto com o *link* e o texto, gerando maior confiabilidade e despertando mais interesse. Por

consequência, nota-se que um dos motivos desses tipos de contratemplos é justamente a ausência de interação entre as instituições de educação profissional e seus alunos após a conclusão do curso.

No quadro a seguir demonstramos os envios e respostas coletadas até o momento.

Quadro 1 — Demonstrativo de *campi*, número de envios e respostas

CAMPUS	Nº DE ENVIOS	Nº DE RESPOSTAS
Abreu e Lima	80	22
Cabo de Santo Agostinho	300	17
Igarassu	60	10
Jaboatão dos Guararapes	257	47
Olinda	200	24
Palmares	102	13

Fonte: Elaboração própria (2021).

Apresentaremos os resultados parciais para cada *campus* investigado.

4.1 *Campus* Abreu e Lima

De acordo com as 22 respostas, a situação atual desses indivíduos no mercado de trabalho está: 4% desempregados, o que corresponde a 8 pessoas e 36,4% empregados, com carteira assinada, entretanto, a relação entre a área de formação no IFPE e o mercado de trabalho indica um número superior de pessoas que não encontrou emprego na área de formação 45,5% (10 pessoas) e inferior de pessoas que estão exercendo atividade profissional na área de formação, 22,7% (5 pessoas). Logo, percebemos a relevância de observar em conjunto a empregabilidade, área de formação e a de atuação.

4.2 *Campus* Cabo de Santo Agostinho

O perfil de egressos deste *Campus* é especialmente problemático. A maioria dos respondentes afirma ganhar menos de um salário-mínimo por mês e 50% dos investigados afirmam estar desempregados. O principal motivo relatado para a alta taxa de desemprego foi a falta de experiência e a alta concorrência na área do curso.

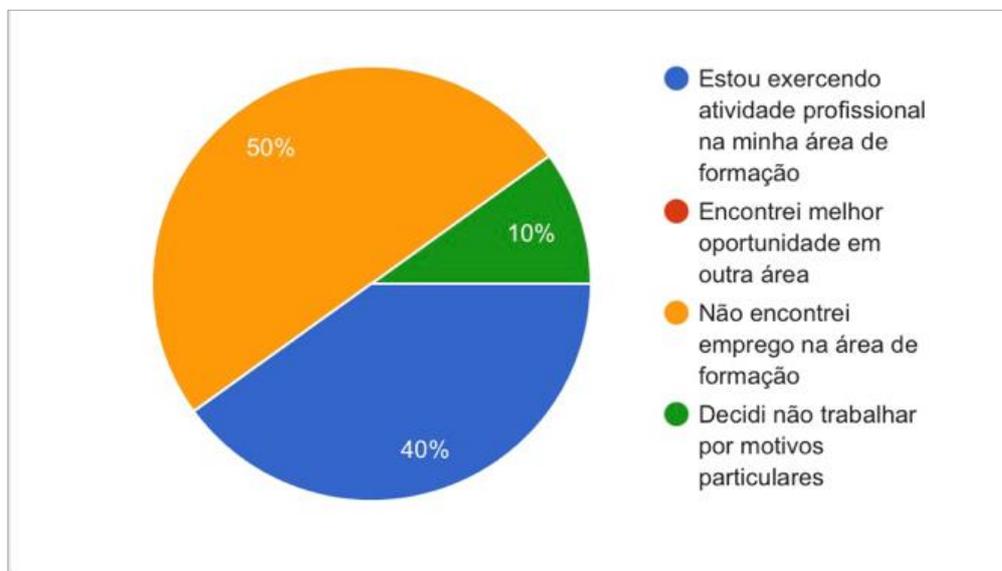
4.3 *Campus* Igarassu

Vale ressaltar a importância para a avaliação da instituição quanto ao questionamento do quanto o egresso estava preparado para o mercado de trabalho quando se formou. No Campos

Igarassu o resultado foi o seguinte: 50% (5 pessoas) para razoavelmente; 30% (3 pessoas) muito; 20% (2 pessoas) pouco.

Gráfico 1 — Relação área de formação x demandas do mercado de trabalho

Qual a relação entre a área de formação no IFPE e o mercado de trabalho? (10 respostas)



Fonte: Elaboração própria (2021).

4.4 *Campus* Jaboatão dos Guararapes

Neste *Campus*, também se observa que há uma quantidade boa de empregados com a carteira assinada (46,8% - 22 pessoas), porém, apenas 23,4% (11 pessoas) estão atuando na sua área de formação.

4.5 *Campus* Olinda

Nas respostas do *Campus* Olinda, destacam-se muitos comentários feitos pelos estudantes no espaço aberto para relatar o que este IFPE representou para a formação profissional, principalmente os seguintes:

“Representou para mim conhecimento, afeto e outras possibilidades que eu não tinha visto antes do curso. Professores muito qualificados, clima de ajuda mútua no campus e espaços para diálogos e críticas. De ponto negativo somente a questão de serem raros os estágios na área e poucas vagas divulgadas. Existia uma preocupação sutil em relação ao mercado de trabalho para o Técnico em Artes Visuais, mas poucas ações, praticas, voltadas para os alunos, com o objetivo de encaminhá-los para o mercado de trabalho.”;

“Professores são ótimos, toda a equipe. Mas é preciso uma melhor qualidade no encaminhamento profissional dos alunos.”

Isso demonstra a importância de existir, por parte da instituição, uma avaliação feita pelos estudantes, para ajudar a modificar os pontos fracos e aprimorar as qualidades.

4.6 Campus Palmares

Nos Campus Palmares, obtivemos 12,74% das respostas, que correspondem a 13 retornos. Dentre os resultados dos 6 *campi* obtive os melhores resultados nas questões: “Você tem interesse em fazer parte da rede de egressos do IFPE para receber notícias, vagas de emprego, eventos e informações sobre o mercado de trabalho?”, “Você escolheria novamente o IFPE para realizar seu curso?”, com 100% em ambas.

Os resultados parciais demonstram um problema grave de empregabilidade para o egresso, bem como uma deficiência em mapear e manter relacionamento entre a instituição e seus egressos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos e analisados até o momento, observamos nitidamente o quanto é preciso a implementação de um sistema de investigação nos institutos de educação profissional para alcançar um melhor desempenho acadêmico. Não conseguimos contatar todos os egressos dos *campi*, pois alguns dados de alunos veteranos não estavam preenchidos e outros estavam desatualizados. Tentamos entrar em contato com todos os alunos que dispunham de dados nas planilhas fornecidas por cada *Campus*. Até o momento foi possível diagnosticar de forma parcial os 6 *Campi* e verificar o valor da continuidade e da atenção para a pesquisa. Ademais, visamos a recorrer ainda à ajuda de coordenadores, professores e das redes sociais dos *campi* para aumentar os retornos dos questionários.

Uma sociedade produtiva possui indivíduos profissionalmente realizados. No nível pessoal, o trabalho é responsável por garantir a satisfação material das necessidades básicas de um indivíduo. No nível social, o trabalho é o motor propulsor de um país, gerador de riquezas. Neste sentido, a proposta desse projeto de extensão é subsidiar informação para construção de um programa que ofereça ferramentas para auxiliar nos processos relacionados a seleção, empregabilidade e carreira está alinhada à missão do IFPE, que se ocupa com a educação para a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento sustentável da sociedade, capaz de dirimir as desigualdades e transformar realidades.

A proposta desenvolvida pelo projeto de extensão é auxiliar o jovem em idade produtiva, sem experiência profissional, nos aspectos de planejamento de carreira, orientação profissional e ainda a orientação para o processo seletivo; a preparação de um currículo focado nas qualificações e

experiências dos participantes e nas demandas do mercado; entrevista de emprego, testes psicológicos, entrevista em grupo, postura pessoal durante o processo, mentoria, etc.

Diante disso, a emergência deste trabalho se justifica como primeiro passo na criação de um programa de atenção ao egresso para toda rede IFPE. É de suma importância o conhecimento da situação dos egressos, bem como a avaliação de sua formação, pela possibilidade, no nível institucional, de oportunizar melhorias na qualidade de ensino, de seus conteúdos e na comunicação com egressos. Essas informações podem ainda motivar atuais e futuros alunos com a construção de uma imagem positiva da instituição. Os resultados também são importantes para a instituição, na medida em que auxiliam a avaliação da qualidade da inserção do egresso no mercado de trabalho e oferecem subsídios para o planejamento pedagógico e administrativo da instituição.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI** Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.
- BRASIL. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento base. **Diário Oficial da União**. Brasília: 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, **Diário Oficial da União**. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília. **Jusbrasil**. 14 de abril de 2004. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10956792/artigo-1-da-lei-n-10861-de-14-de-abril-de-2004>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- EGRESSOS EM NÍVEL NACIONAL. **Revista EIXO**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/230>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- FERES, M. Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no brasil e sua articulação com o ensino médio. Brasília: Movimento Pela Base, 2018. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ept-estudo-marceloferes.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021
- FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, 2014.
- ILHÉU, T. A Verdadeira Distância Entre o Ensino Técnico Brasileiro e o Alemão. São Paulo: Guia do Estudante, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinaes. Brasília: MEC, 2015.

- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete sistema educacional brasileiro. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- MIRANDA, I. T. P. *et al.* Sistemática de acompanhamento de egressos na rede federal de educação tecnológica à luz da legislação brasileira e das políticas educacionais. Recife: DAEPE, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/download/237525/29690>. Acesso em: 4 maio 2021.
- MORAES, G. H. et al. Avaliação da educação profissional e tecnológica: um campo em construção. Brasília: Diret, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6974600/AVALIAÇÃO+DA+EDUCAÇÃO+PROFISSIONAL+E+TECNOLOGICA++UM+CAMPO+EM+CONSTRUÇÃO/828f4d4e-3574-4acb-a512-2ff81cb5a2bf?version=1.0&download=true>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- OLIVEIRA Elias Vieira de. **Avaliação de impacto da formação técnica para inserção dos alunos egressos do campus Brasília no mundo do trabalho**. Dissertação. Universidade de Brasília: UnB, 2016.
- OLIVEIRA, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, 2014.
- PENA, M. D. C. **Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro**. Belo Horizonte: CEFET/MG, 2000. Disponível em: <http://www.joinville.ifsc.edu.br/~alexandra/Artigo%20Monica%20Diniz.pdf>. Acesso: 22 nov. 2020.
- PEREIRA, R. S. da. *et al.* Ensino Técnico Profissionalizante: Formação Profissional e Cidadania. Curitiba: 2009.
- RAMOS, Marize. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: **Mapa da educação profissional e tecnológica Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Brasília – DF. 2015.
- RIGHETTI, Sabine. Uma Em Cada Três Universidades No Brasil Não Pode Ser Considerada Como Tal Pela Lei. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2018/10/1982673-uma-em-cada-tres-universidades-no-brasil-nao-pode-ser-considerada-como-tal-pela-lei.shtml>. Acesso: 04 fev.2020.
- SOUZA, L. T. Gestão de egressos em uma Instituição de Ensino Superior: um estudo de caso. **Revista Eletrônica ICESP Educação**. Brasília: Icesp-Promove de Brasília, 2014. Disponível em: http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista-eletronica-educacao/pasta_upload/artigos/a8.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.